

## **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

# **Preparação da Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas**

### **Breve descrição**

O presente projecto, duma duração de três anos, tem por objecto ajudar São Tomé e Príncipe a formular a sua Segunda Comunicação Nacional (SCN) sobre as mudanças climáticas. Esta comunicação nacional será realizada em conformidade com as directivas da decisão 17/CP.8.

A SCN permitirá ao País de alargar o inventário dos gases com efeito de estufa a outros sectores não - cobertos pela Primeira Comunicação Nacional facilitando assim o aprofundamento da análise de vulnerabilidade. Proporará um programa nacional de adaptação e retomará o exercício de análise das estratégias e programas que contêm medidas de atenuação das emissões ou reforço dos poços de absorção GES. Desenvolverá por último as estratégias e medidas que permitem reforçar as capacidades de São Tomé e Príncipe de tomar em conta as questões ligadas às mudanças climáticas.

Para além disso, a SCN permitirá de identificar os mecanismos e as estratégias pelos quais as questões de mudanças climáticas serão integradas progressivamente no âmbito da Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza (SNLCP), da segurança alimentar, do desenvolvimento sustentável e outras estratégias e programas de desenvolvimento nacionais.

Para o efeito, instaurou-se diversas actividades, entre as quais: (i) a actualização do inventário dos gases com efeito de estufa, (ii) a análise de vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas, (iii) a definição de programas que visam o alívio das emissões GES e as mudanças climáticas.

Permitirá por último, ao País de reforçar as capacidades da investigação científica em relação às mudanças climáticas em geral e em especial os estudos de vulnerabilidade e a avaliação científica das medidas de adaptação ou de atenuação, a observação sistemática dos parâmetros do clima, a recolha sistemática e a conservação dos dados de base relativos às mudanças climáticas, a vigilância da qualidade do ar e da qualidade do ambiente. Um atenção específica será dada a educação ambiental, nomeadamente a educação do público aos desafios das mudanças climáticas.

O orçamento global do projecto é de cerca de 427.675 USD, cujo 405.000 USD provem do FEM e o restante 22.675 USD provem de co-financiamentos.

# Índice

<b>BREVE DESCRIÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>2</b>
<b>LISTA DAS ABREVIACÕES.....</b>	<b>4</b>
<b>1. DESCRIÇÃO NARRATIVA.....</b>	<b>5</b>
1.1. Análise da situação .....	5
1.2. Estratégia.....	5
1.3. Arranjos de gestão .....	6
1.4. Seguimento, Controlo, Avaliação de Impacto do Projecto e Auditoria .....	6
1.4.1. Actividades e Responsabilidades de Seguimento.....	6
1.4.2. Relatórios de Seguimento do Projecto .....	6
1.4.3. Impactos Procurados e Indicadores de Impacto.....	7
1.4.4. Auditoria.....	7
1.5. Contexto Legal.....	8
<b>2. ORÇAMENTO TOTAL .....</b>	<b>9</b>
<b>3. ANEXOS.....</b>	<b>12</b>
Anexo A: Resumo do Relatório do Exercício Auto-avaliação.....	12
Anexo B: Componentes Técnicas do documento de projecto.....	16
1. O Contexto.....	16
2. Os objectivos do projecto .....	17
3. Estratégia do projecto .....	18
4. As actividades do Projecto .....	18
4.1. As características físico-geográficas, biológicas e socioeconómicas de São Tomé e Príncipe.....	18
4.2. O inventário nacional dos gases com efeito de estufa.....	19
4.3. Análise de vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas.....	19
4.4. Programas visando o alívio das emissões GES .....	19
4.5. Outras actividades relevantes para a realização dos objectivos da Convenção .....	20
4.6. Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras .....	20
5. O quadro institucional para a aplicação do projecto .....	21
6. Avaliação do impacto do projecto .....	21
7. Orçamento do projecto .....	21
8. Plano de trabalho detalhado .....	26
Anexo C: Termos de Referência .....	31
A - Director Nacional do Projecto .....	31
C - Assistente Administrativo e Financeiro .....	34
D - Grupo de peritos técnicos.....	35
D1. Grupo Técnico para os Inventários GES .....	36
D2. Equipas técnicas sobre a Vulnerabilidade e a Adaptação.....	37
D3. Grupo de peritos para o alívio .....	41

D4. Grupo técnico sobre as Tecnologias limpas e o desenvolvimento de capacidades endógenos.....	42
D5. Grupo Técnico Investigação e Observação sistemática do Clima .....	43
D6. Grupo técnico Educação, Formação e sensibilização das instâncias de decisão, dos parceiros públicos e privados sobre o CC .....	44
D7. Instituições nacionais intervenientes no processo de luta contra as mudanças climáticas .....	45
Anexo D: Cartas de endossamento .....	46

## LISTA DAS ABREVIACÕES

Cc:	Mudanças Climáticas
CCNUCC:	Convenção quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CH4:	Metano
CIMAC:	Comité Interministerial para a Aposta em Acções da Convenção
CNI:	Comunicação Nacional Inicial (ou Primeira Comunicação Nacional)
CO:	Óxido de carbono
CO <sub>2</sub> :	Dióxido de carbono
COMAP:	Comprehensive Mitigation Assessment ora Analysis Processamento
COP:	Conferência das Partes à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre o CC.
COVNM:	Compostos Orgânicos Voláteis não Metanos
CPA:	Mapa de Política Agrícola
CTNA:	Comissão Técnica Nacional do Ambiente
DGA:	Direcção Geral do Ambiente
DHD:	Desenvolvimento sustentável Humano
GEF/FEM:	Global Environment Facility/Fundos para o Ambiente Mundial
GES:	Gás à Efeito de Estufa
GIEC:	Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima
GIRE:	Gestão Integrada dos Recursos de Água
GRN:	Gestão dos Recursos Naturais
LBC:	Lâmpada à Baixo Consumo
LEAP:	Longo arranja Energy Alternativo Planeamento Systems
MDP:	Mecanismo para um Desenvolvimento Limpo
MRNE:	Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente
N <sub>2</sub> O:	Óxido nitroso ou hémioxyde de azoto
NO:	Óxido de azoto
ONG:	Organização não Governamental
PANO/LCD:	Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação
PMA:	Países menos avançados
PANOU:	Programa de Acção Nacional de Adaptação às mudanças climáticas
PNUD/UNDP:	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPs:	Poluentes Orgânicos Persistentes
PTF:	Parceiros Técnicos e Financeiros
SCN:	Segunda Comunicação Nacional
SNLCP:	Estratégia Nacional calafeta contra a Pobreza

# 1. Descrição Narrativa

## 1.1. Análise da situação

São Tomé e Príncipe assinou em Junho de 1992 e ratificou em 30 de Maio de 1998 a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CCNUCC).

O Governo de São Tomé e Príncipe adoptou e apresentou a sua primeira comunicação nacional (ou comunicação nacional inicial – CNI–) sobre as mudanças climáticas em Dezembro de 2005 na Conferência das Partes que teve lugar na cidade de Montreal – Canadá.

Foi elaborada no âmbito do Projecto STP 01/G31/A/1G/99 financiado pelo PNUD/FEM. Com base nas directivas revistas de 1996 do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima (IPCC), para São Tomé e Príncipe o ano 1998 foi escolhido como ano de referência para a recolha dos dados e análises, enquanto que as projecções foram feitas até o horizonte 2050-2100.

Após a proposta do seu CNI, e em conformidade com as suas obrigações ao título da Convenção, São Tomé e Príncipe decidiu lançar um processo de preparação e proposta da sua Segunda Comunicação Nacional (SCN) na Conferência das Partes.

Este processo foi conduzido pelo Ministério tutela do Ambiente com a participação dos diferentes intervenientes, para avaliar as insuficiências e os constrangimentos ligados à sua aplicação e determinar os desafios desta segunda comunicação nacional, tanto em termos de novos inventários de gases com efeito de estufa (GES), análise de vulnerabilidade e adaptabilidade da economia nacional como em termos de necessidades de reforço das capacidades nacionais de tomar em conta as questões de mudanças climáticas.

Esta segunda comunicação nacional deverá permitir:

- Actualizar a descrição do contexto nacional;
- Realizar novos inventários GES tendo em conta os novos sectores;
- Aprofundar as análises de vulnerabilidade e propor um programa nacional de adaptação, de acordo com o novo cenário;
- Definir programas que visam o alívio das emissões GES e as mudanças climáticas;
- Avaliar os constrangimentos e lacunas e propor medidas de reforço das capacidades humanas e institucionais para a gestão das questões ligadas às mudanças climáticas.

## 1.2. Estratégia

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, isolado do mundo e do continente africano pelo mar. A sua economia apresenta indicadores que mostram uma degradação crescente, não somente devido ao seu isolamento, mas também pela sua economia virada para a produção agrícola, da monocultura do cacau em nítida inclinação desde há décadas e à uma pobreza que não cessa de aumentar. As reformas económicas engajadas pelo país desde 1987 com o apoio dos parceiros de desenvolvimento colocaram progressivamente o desenvolvimento sustentável humano no centro das prioridades, com a adopção em 2002 da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (SNRP) como quadro de referência para a planificação do desenvolvimento.

É neste contexto que o País empreendeu algumas iniciativas de alcance limitado, para tentar resolver problemas precisos, mas que são susceptíveis de ter uma relação directa ou indirecta com as mudanças climáticas. São principalmente orientações estratégicas no que diz respeito ao ambiente em geral e a floresta e os recursos renováveis, em especial.

Portanto, em termos de estratégia, a integração e a harmonização das preocupações relativas às mudanças climáticas nas políticas, programas e planos de desenvolvimento nacionais, e o alívio das emissões GES nas políticas sectoriais e o desenvolvimento das competências e capacidades nacionais serão objecto de uma atenção específica no projecto.

A esse respeito, tratar-se-á no âmbito deste projecto de identificar os meios para melhor aproveitar dos instrumentos e dos mecanismos de financiamento oferecidos pelo protocolo de Quioto, cujos procedimentos

de ratificação estão em curso, nomeadamente o Mecanismo para um desenvolvimento limpo (MDP), para financiar os programas de adaptação ou redução das emissões GES sequestração do carbono atmosférico.

### 1.3. Arranjos de gestão

O projecto será executado pelo Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente através da Direcção-Geral do Ambiente. A organização institucional e a diligência de execução são descritas no capítulo 5 do Anexo B.

O projecto será executado em estreita colaboração com o Escritório do PNUD em São Tomé, em conformidade com as regras e procedimentos de gestão dos seus projectos e normas nacionais na matéria.

### 1.4. Seguimento, Controlo, Avaliação do Impacto do Projecto e Auditoria

#### 1.4.1. Actividades e Responsabilidades de Seguimento

A equipa de Coordenação do Projecto será encarregada de elaborar um plano detalhado das reuniões de acompanhamento/avaliação, a ser incorporado no relatório de arranque do Projecto. Este plano compreenderá: (i) datas previsionais das reuniões do Comité de Pilotagem do Projecto da segunda Comunicação Nacional, e (ii) actividades de seguimento e avaliação do projecto.

**A responsabilidade do seguimento periódico da aplicação** do Projecto incumbirá ao **Comité de Pilotagem**, que terá para esse efeito reuniões trimestrais - ou mais frequentes se necessário - com os intervenientes do Projecto. Este seguimento permitirá as partes de fazer regularmente o ponto dos progressos e resolver os problemas a medida que se apresentarem, a fim de assegurar um desenrolar harmonioso das actividades do Projecto. Este Comité poderá ser reforçado por outras instituições em função das necessidades do projecto.

**A responsabilidade do acompanhamento diário da implementação do** Projecto incumbirá ao **Coordenador do Projecto**, com base no Plano de Trabalho Anual e dos seus indicadores. Será assistido nas suas funções por um Assistente Administrativo.

O Director Geral do Ambiente é o Director Nacional do Projecto e representará o governo à nível da Agência da Execução Nacional.

#### 1.4.2. Relatórios de Seguimento do Projecto

O Coordenador do Projecto, em colaboração com o Director Nacional do Projecto, será responsável pela preparação e proposta dos relatórios seguintes que constituem uma componente do processo de seguimento do projecto.

##### *(i) relatório de Arranque*

Um relatório de arranque será redigido imediatamente após o atelier de arranque. Compreenderá o Plano de Trabalho detalhado do primeiro ano dividido em trimestre e precisando as actividades e os indicadores de progresso destinados a orientar o primeiro ano de implmentação do projecto. O relatório compreenderá igualmente o orçamento detalhado do primeiro ano de execução do Projecto, elaborado na base no plano de trabalho anual e compreendendo os critérios de acompanhamento e de avaliação que permitem medir de maneira efectiva os desempenhos do Projecto no período alvo de 12 meses.

O relatório de arranque apresentará uma descrição mais precisa dos arranjos institucionais, termos de papéis, responsabilidades, acções de coordenação, mecanismo de feedback dos parceiros do projecto. Além disso, uma secção do relatório fará o ponto sobre o estado de adiamento da implementação do Projecto e das actividades de lançamento, bem como uma actualização sobre as mudanças ocorridas no ambiente externo susceptível de terem efeitos sobre a execução do Projecto.

O relatório de arranque finalizado será difundido junto dos intervenientes que terão um prazo de um mês calendário para comunicar os seus comentários ou fazer as suas questões. Antes desta divulgação, o documento será sujeito ao exame do escritório de países do PNUD e da unidade de coordenação regional do PNUD/FEM.

#### **(ii) Relatórios de Adiantamento Trimestrais**

Relatórios sucintos que sublinham as principais mudanças no adiantamento do Projecto serão preparados sobre uma base trimestral pela equipa de Projecto e transmitidos ao escritório país do PNUD e à unidade de coordenação regional do PNUD/FEM.

#### **(iii) Relatórios Técnicos.**

Os relatórios técnicos são documentos detalhados que cobrem áreas específicas de análise ou de especializações científicas no projecto. No contexto do relatório de arranque, a equipa de coordenação esboçará uma lista dos relatórios, precisando os relatórios técnicos cuja preparação é feita em curso de projecto nos sectores de actividade-chave e as datas previsionais de proposta. Como necessidade, esta lista será revista, actualizada e incluída nos subseqüentes relatórios de adiantamento anuais (APR - Annual Progress Report). Os relatórios técnicos, susceptíveis de serem redigidos por consultores externos, devem ser análises exaustivas e especializadas sobre temas claramente definidos no âmbito do Projecto. Representarão a justo título as contribuições substanciais do Projecto em domínios específicos, e serão utilizados nas actividades de divulgação de informações relevantes e as boas práticas a nível local, nacional e internacional.

### **1.4.3. Impactos Procurados e Indicadores de Impacto**

Os *impactos* procurados no âmbito da Segunda Comunicação Nacional são os seguintes:

- integração das preocupações ligadas às Mudanças Climáticas na política de desenvolvimento nacional;
- redução dos impactos negativos das mudanças climáticas nos sectores socioeconómicos;
- alargamento do estudo à outros sectores fontes de emissão que não foram tomados em conta durante a primeira Comunicação Nacional;
- aprofundamento dos conhecimentos nos domínios de Vulnerabilidade, de Adaptação e de Alívio.

Os indicadores de impacto objectivamente verificáveis são os seguintes:

- orçamento nacional que integra uma Linha Orçamental destinada às questões de mudanças climáticas;
- sectores nacionais implicados pelas mudanças climáticas munidos de recursos humanos e materiais suficientes;
- novos sectores de emissão dos gases com efeito de estufa tomados em conta no inventário das emissões;
- número de acções de formação, de sensibilização e de informação sobre as mudanças climáticas realizadas em direcção da população alvo.

### **1.4.4. Auditoria**

O Governo comunicará ao Representante Residente do PNUD os estados financeiros periódicos certificados, e uma auditoria anual dos estados financeiros sobre os fundos PNUD (*incluindo* FEM) em conformidade com os procedimentos estabelecidos tais como foi estipulado nos manuais de Finança e de Programação. A auditoria será efectuada por um auditor legalmente acreditado pelo Governo ou um auditor privado contratado pelo Governo.

O objectivo visado é:

- Assegurar-se do respeito dos procedimentos financeiros e contabilísticos em vigor;
- Assegurar-se de que não há desvio entre os subsídios planificados e as despesas efectuadas;
- Identificar as dificuldades encontradas no exercício do Projecto e propor soluções;
- Recomendar acções correctivas, se necessário;
- Tirar as lições da aplicação da SCN e fazer recomendações, se possível, para melhorar a execução das futuras actividades do Projecto.

## 1.5. Contexto Legal

O presente documento de projecto constitui o instrumento referido no artigo primeiro do Acordo tipo de assistência básica concluído entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Para fins do Acordo tipo, o agente de execução do país hóspede será o órgão governamental de cooperação no referido Acordo.

As alterações seguintes podem ser introduzidas no documento de projecto apenas com a assinatura do Representante Residente do PNUD, na condição de este último estar seguro de que os outros signatários do Documento de Projecto não têm objecção em relação às alterações propostas:

- As revisões ou complementos em anexo do Documento de Projecto;
- As revisões que não têm incidências notáveis nos objectivos imediatos, as actividades ou os produtos do Projecto da Segunda Comunicação Nacional, mas que são fundamentados para a evolução da combinação dos contributos já convindo ou para o aumento dos custos devido à inflação;
- As revisões anuais obrigatórias para o reescalonamento do fornecimento dos contributos já convindos ou as despesas dos peritos ou outras despesas, acrescidas devido a inflação ou para a consideração da flexibilidade financeira da agência; e
- Inclusão de anexos adicionais ou de documentos anexos, exclusivamente como estipulado pelo presente Projecto de Documento.



## 2. Orçamento Total

Award ID: 00043153								
Award Title: PIMS 3760_CC EA: Sao Tomé et Principe SCN								
Project ID: 00050191								
Título do Projecto: Preparação da Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas								
Agência executória: Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente								
EXPECTED SAÍDAS	RESPONSÁVEL	PREVISÃO ORÇAMENTO						Total Orçamento (USD)
		Fonte fora Fundos	Orçamento Código	Orçamento Descrição	Ano1 (USD)	Ano 2 (USD)	Ano 3 (USD)	
Outcome1: Circunstâncias nacionais	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	6,000	0	0	6,000
			74500	MISC	2,000	0	0	2,000
<b>Subtotal 1</b>					<b>8,000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8,000</b>
Outcome2: National Green House Gas Inventories	DGA/CTNA	62000	71200	PERINT	7,500	5,000	2,500	15,000
			71300	PERLOC	30,000	5,000	0	35,000
			71600	TRVLOC	2,000	2,000	2,000	6,000
			71600	TRVINT	2,500	2,500	2,500	7,500
			72100	SERCT	2,500	2,500	2,500	7,500
			72500	SUPPL.	1,500	1,000	1,000	3,500
			74500	MISC.	2,500	2,500	2,000	7,000
					<b>48,500</b>	<b>20,500</b>	<b>12,500</b>	<b>81,500</b>
Outcome3: Mudanças Climáticas, Vulnerabilidade e Adaptação Programas	DGA/CTNA	62000	71200	PERINT	2,500	10,000	10,000	22,500
			71300	PERLOC	0	30,000	7,000	37,000
			71600	TRVLOC	2,000	2,000	2,000	6,000
			71600	TRVINT	2,500	2,500	2,500	7,500
			72100	SERCT	2,500	2,500	2,500	7,500
			72500	SUPPL.	1,000	1,000	1,000	3,000
			74500	MISC.	2,620	2,500	2,000	7,120
<b>Subtotal 3</b>					<b>13,120</b>	<b>50,500</b>	<b>27,000</b>	<b>90,620</b>

<b>Outcome4: Programas de medidas para diminuir a mudança climática</b>	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	0	25,000	0	25,000
			71200	PERINT	0	3,000	0	3,000
			72500	SUPPL.	0	2,000	0	2,000
			72100	SERCT	0	6,000	0	6,000
<b>Subtotal 4</b>					<b>0</b>	<b>36,000</b>	<b>0</b>	<b>36,000</b>
<b>Outcome5: Outras informações importantes</b> (Pesquisa & Observação, Transferência de tecnologia, Sensibilização, Cap Dev)	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	0	8,000	5,000	13,000
			71600	TRVLOC	0	0	1,000	1,000
			71200	PERINT	0	0	2,500	2,500
			72100	SERCT	0	0	2,000	2,000
			72500	SUPPL.	1,000	1,000	500	2,500
<b>Subtotal 5</b>					<b>1,000</b>	<b>9,000</b>	<b>11,000</b>	<b>21,000</b>
<b>Outcome6: Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras</b>	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	0	0	10,000	10,000
			74500	MISC	500	500	500	1,500
<b>Subtotal 6</b>					<b>500</b>	<b>500</b>	<b>10,500</b>	<b>11,500</b>
<b>Outcome7: Assistência técnica</b>	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	2,000	2,000	2,000	6,000
			71200	PERINT	2,000	2,000	2,000	6,000
<b>Subtotal 7</b>					<b>4,000</b>	<b>4,000</b>	<b>4,000</b>	<b>12,000</b>
<b>Outcome8: Compilação, Produção do SNC</b>	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	0	0	5,000	5,000
			71600	TRVLOC	0	0	2,000	2,000
			72100	SERCT	2,000	2,000	2,000	6,000
<b>Subtotal 8</b>					<b>2,000</b>	<b>2,000</b>	<b>9,000</b>	<b>13,000</b>
<b>Outcome9: Gestão projecto</b>	DGA/CTNA	62000	71300	PERLOC	16,800	16,800	16,800	50,400
			71400	PERADM	8,160	8,160	8,160	24,480
			72200	EQUIPMT	14,000	3,000	2,000	19,000
			72500	SUPPL.	3,000	3,000	2,500	8,500
			72400	Equip audio	3,000	5,000	3,000	11,000
			74500	MISC	1,000	1,000	1,000	3,000
<b>Subtotal 9</b>					<b>45,960</b>	<b>36,960</b>	<b>33,460</b>	<b>116,380</b>

<b>Outcome10: Controlo &amp; Reporting</b>	DGA/CTNA	62000	71200	PERINT	0	0	5,000	5,000
			71300	PERLOC	0	1,500	1,500	3,000
			71600	TRVINT	0	0	2,500	2,500
			72100	SERCT	1,500	1,000	2,000	4,500
<b>Subtotal 10</b>					<b>1,500</b>	<b>2,500</b>	<b>11,000</b>	<b>15,000</b>
<b>Total</b>					<b>124,580</b>	<b>161,960</b>	<b>118,460</b>	<b>405,000</b>

<b>Resumo de Fundos:</b>				
<b>GEF</b>	124,580	161,960	118,460	405,000
<b>Govt (in kind)</b>				22,675
<b>Total</b>	<b>124,580</b>	<b>161,960</b>	<b>118,460</b>	<b>427,675</b>

\* 72100 Contractual Services-Companies stands for Validation Workshop including backstopping

### 3. ANEXOS

#### Anexo A: Resumo do Relatório do Exercício Auto-avaliação

A primeira Comunicação Nacional sobre as mudanças climáticas de São Tomé e Príncipe foi adoptada pelo Governo e apresentada no Décimo primeiro COP da Convenção Quadro das Nações sobre as Mudanças Climáticas.

Foi elaborada no âmbito do Projecto STP 01/G31/A/1G/99 financiado pelo PNUD/FEM. Com base nas directivas revistas de 1996 do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima (IPCC), o ano 1998 foi escolhido por São Tomé e Príncipe como o ano de referência para a recolha dos dados e análises, enquanto que as projecções, foram feitas até o horizonte 2050-2100.

Um processo de auto avaliação foi realizado no fim do ano 2006, para preparar a formulação da segunda comunicação nacional (SNA), em conformidade com a decisão 17/COP8 da oitava Conferência das partes à convenção quadro sobre as mudanças climáticas.

Este processo desenrolou-se em duas etapas:

A primeira etapa foi consagrada à consulta dos intervenientes referidos pelas questões levantadas na primeira comunicação nacional. Da mesma maneira que avaliação pelos actores, esta etapa era a mais importante da diligência metodológica.

A segunda etapa consistiu num atelier de validação multi-actores do relatório provisório, no curso do qual as insuficiências, entre as quais as ligadas nomeadamente à fraqueza relativa da amostra de actores certamente consultados aquando da primeira etapa, foram preenchidas.

A auto avaliação da Primeira Comunicação Nacional permitiu:

- Elaborar um balanço da aplicação da Primeira Comunicação Nacional;
- Identificar os constrangimentos operacionais da Primeira Comunicação Nacional que dizem respeito à sua aplicação;
- Definir os novos desafios e os problemas emergentes que deveriam integrar uma segunda comunicação nacional;
- Identificar as acções necessárias para a melhoria dos métodos, de instrumentos e dados que impõem a formulação de uma SNA bem como as exigências de melhorias institucionais e/ou de estratégia tornadas necessárias para a evolução do ambiente, das condições socioeconómicas e jurídicas nacionais;
- Libertar as necessidades de reforço das capacidades nacionais.

Os sectores e actores nacionais seguintes foram consultados no âmbito do processo de auto avaliação:

<i>Instituições consultadas</i>	<i>Missões e atribuições</i>	<i>Razões d a implicação da instituição</i>	<i>Contributo ao processo de auto avaliação</i>
<b>Ministérios e instituições</b>			
<b>Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente</b>			
Direcção-Geral do Ambiente (DGA)	Elaboração, aplicação das políticas nacionais e coordenação dos programas e acções em matéria de ambiente, da conservação da natureza;	O MRNE, através da DGA e INM é o departamento da gestão das questões ligadas às mudanças climáticas e protege o ponto focal nacional do CCNUCC.	- Dados gerais sobre o país a actualizar; - Inventários GES;
O Instituto Nacional de Meteorologia (INM)	Responsável da recolha, do seguimento e da gestão dos dados relativos ao clima		- Aplicação da primeira comunicação nacional e lições tiradas - Reforço das capacidades - Desafios da segunda comunicação nacional

Direcção dos Recursos Naturais e da Energia	Elaboração e aplicação da política governamental nos domínios dos recursos naturais, da energia e da geologia	O Ministério responsável pela energia é um dos sectores-chave, membro activo para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre o país a actualizar;</li> <li>- Inventários GES;</li> <li>- Aplicação da primeira comunicação nacional e lições tiradas</li> <li>- Reforço das capacidades</li> <li>- Desafios da SNA</li> </ul>
A Empresa da Água e a Energia	Produção e distribuição da energia eléctrica	Participação no inventário das emissões GES	Fornecedor de dados
<b>Ministério das Obras Públicas e das Infra-estruturas</b>			
Direcção Geral dos Transportes e Comunicação	Elaboração, aplicação da política governamental em matéria de transportes terrestres, aéreos e marítimos.	O sector dos transportes é um dos departamentos chave, membro activo para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre o país a actualizar;</li> <li>- Inventários GES;</li> <li>- Aplicação da primeira comunicação nacional e lições tiradas</li> <li>- Reforço das capacidades</li> <li>- Desafios da SNA</li> </ul>
<b>Ministério da Economia</b>			
Direcção Geral da Agricultura	Elaboração e aplicação das políticas públicas nos domínios da agricultura, a gestão dos solos;  Coordenação das políticas sectoriais de desenvolvimento rural.	O ministério é membro activo para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre o país a actualizar;</li> <li>- Inventários GES;</li> <li>- Aplicação da primeira comunicação nacional e lições tiradas</li> <li>- Reforço das capacidades</li> <li>- Desafios do SCNC</li> </ul>
Direcção da Criação	Elaboração e aplicação das políticas públicas nos domínios da criação	membro para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre o país a actualizar;</li> <li>- Inventários GES;</li> <li>- Reforço das capacidades</li> </ul>
Direcção da Indústria e Direcção do Comércio	Elaboração e aplicação das políticas de desenvolvimento industrial e comércio, de interno e exterior.	membro para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre a indústria e o comércio (importações);</li> <li>- Aplicação da primeira comunicação nacional e lições tiradas</li> <li>- Reforço de capacidades</li> <li>- Desafios da SNA</li> </ul>
<b>Ministério da Defesa</b>			
Guarda Costeira	Elaboração e aplicação das políticas Fiscalização das Zonas Costeiras e Marín	membro para a aplicação da convenção sobre a mudança climática	Fornecedores de dados Desafios de uma SNA
<b>ONG</b>			
Zatona Adil	ONG Nacional agindo no domínio de comunidade rural em diferentes domínios económicos, sociais e ambientais	Actores essenciais no domínio da gestão do ambiente e Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dados gerais sobre o país a actualizar;</li> <li>- Inventários GES;</li> <li>- Reforço das capacidades</li> <li>- Desafios da SNA</li> </ul>
Clube das Nações	ONG nacional agindo no domínio do ambiente e a conservação da biodiversidade.		

A análise do balanço dos actores consultados aquando da aplicação do CNI permitiu reter alguns pontos positivos mas sobretudo muitas insuficiências que resultam de constrangimentos que também foram identificados.

## **AS EXPERIÊNCIAS**

As experiências positivas da elaboração da Primeira Comunicação nacional foram as seguintes:

- i. O País tomou conhecimento do nível de emissão dos gases com efeito de estufa dos diferentes sectores, bem como a capacidade nacional de absorção destes gases que é muito superior às emissões;
- ii. O País pôde conhecer o nível de vulnerabilidade ao qual é objecto perante as mudanças climáticas;
- iii. Aumento do nível dos conhecimentos da população geral, e em especial das instâncias de decisão em relação aos impactos das mudanças climáticas dos diferentes sectores económicos.

## **AS INSUFICIÊNCIAS**

As insuficiências encontradas durante a elaboração da Comunicação Nacional foram as seguintes:

1. ausência de dados nos diferentes sectores responsáveis pela emissão dos gases com efeito de estufa, por falta de equipamentos e de recursos humanos qualificados;
2. falta de dados estatísticos que possam permitir uma análise retrospectiva dos níveis das emissões permitindo fazer uma projecção mais fiável;
3. formação insuficiente dos quadros e dos peritos nacionais nas áreas de utilização dos cenários de projecção;
4. conhecimentos técnicos relativos às mudanças climáticas insuficientes;
5. baixo nível de conhecimentos dos operadores económicos, das instâncias políticas de decisão e da população em geral em matéria de mudança climática;
6. falta de recursos financeiros para levar a efeito as acções identificadas aquando da elaboração da Comunicação Nacional;
7. questões de mudanças climáticas ainda não são traduzidas nas estratégias e prioridades nacionais de desenvolvimento.

A falta de dados conduziu os trabalhos no sentido de tomar como linha de base a informação de 1998, porque era o ano no qual dispunha-se de mais dados, contrariamente a 1996 que era o ano de referência recomendado pelo IPCC.

## **OS CONSTRANGIMENTOS**

Os principais constrangimentos que marcaram a aplicação da primeira comunicação nacional foram os seguintes:

- i. a falta de coordenação intersectorial dos diferentes sectores nacionais referidos pelas mudanças climáticas, onde a dificuldade para integrar as questões de mudanças climáticas nos programas de investimentos;
- ii. baixo nível de sensibilização dos diferentes actores, nomeadamente, o sector privado, as comunidades locais, as instâncias de decisão e outros sobre as questões ambientais em geral e em especial sobre as mudanças climáticas tornaram mais difícil a aplicação da comunicação nacional.

## **LIÇÕES A TIRAR DA PRIMEIRA COMUNICAÇÃO NACIONAL E DESAFIOS DE UMA S.C.N.**

Tendo em conta as constatações verificadas na aplicação da primeira comunicação nacional, a elaboração da segunda comunicação nacional deverá tomar em conta os pontos seguintes:

1. integração da problemática das mudanças climáticas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (SNRP), como quadro de referência para a planificação do desenvolvimento em São Tomé e Príncipe;

2. reforço da coordenação dos diferentes sectores nacionais referidos pelas mudanças climáticas bem como pela sinergia na aplicação das convenções internacionais e das estratégias nacionais de desenvolvimento;
3. aprofundamento dos estudos e identificação de novos sectores emissores GES, para análise de vulnerabilidade e de identificação das medidas de adaptação e de atenuação.
4. implementação de um mecanismo financeiro capaz de assegurar a observação sistemática dos parâmetros do clima, a recolha sistemática e a conservação dos dados de base relativos às mudanças climáticas, à vigilância da qualidade do ar, aos desperdícios e à composição química das precipitações, à investigação científica, ao consumo da biomassa como fonte de energia, à formação dos quadros, ao IEC e reforço da cooperação sub-regional e regional no áreas das actividades relativas às mudanças climáticas.
5. argumento junto das instâncias de decisão com o propósito da ratificação do protocolo de Quioto, cujos procedimentos de ratificação estão em curso.

## Anexo B: Componentes Técnicos do documento de projecto

### 1. O Contexto

São Tomé e Príncipe assinou a convenção quadro sobre as mudanças climáticas em 12 de Junho de 1992. Ratificou-a em 30 de Maio de 1998. Em conformidade com os engagements tomados aquando das diferentes conferências das partes à convenção, o governo são-tomense elaborou a primeira comunicação nacional (ou comunicação nacional inicial – CNI) sobre as mudanças climáticas em Dezembro de 2005, em conformidade com as directivas revistas de 1996 do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima (IPCC). Para São Tomé e Príncipe o ano 1998 foi escolhido como o ano de referência para a recolha dos dados e análises, enquanto que as projecções foram feitas até o horizonte 2050-2100. Desde há assinatura da convenção e elaboração da Primeira da Comunicação Nacional, São Tomé e Príncipe prosseguiu, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento das acções no centro das quais o ambiente tem um lugar importante.

**No domínio legislativo**, o Governo, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e a União Europeia (UE) elaborou um conjunto legislativo para os diferentes sectores ligados ao ambiente, nomeadamente, a Lei-Quadro do Ambiente, a Lei das Florestas, a Lei das Pescas, o Decreto sobre a Avaliação do Impacto Ambiental, a Lei da Flora, Fauna e Áreas Protegidas, etc. uma estratégia de aplicação das legislações está em curso de preparação com a colaboração dos parceiros da cooperação.

**No plano das políticas e estratégias de desenvolvimento:** a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (SNRP) adoptada em 2002 é doravante o quadro de referência para a planificação do desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

**No plano socioeconómico**, a economia do país que se concentra na agricultura, principal fonte de rendimentos é o primeiro contribuinte do PIB. No entanto, esta actividade produtiva conhece uma baixa significativa devido a baixa dos cursos do mercado internacional dum lado, e às limitações técnicas e financeiras do país por outro lado. Assim, a forte dependência do cacau, a exiguidade do mercado, o isolamento e a fraqueza das capacidades técnicas e institucionais são os obstáculos essenciais que fragilizam o crescimento económico do país. Este facto associado à uma degradação dos recursos naturais e uma pobreza crescente, nomeadamente no meio rural não permite reduzir a pressão sobre os recursos naturais renováveis (solos e florestas) dos quais dependem a maioria da população são-tomense.

**No plano institucional**, a Direcção-Geral do Ambiente criada pelo decreto nº 2/2007 de 24 de Janeiro, que instituiu o Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente (MRNE), é a instituição central responsável pelas questões do ambiente. O mandato da Direcção-Geral do Ambiente é de coordenar e executar as actividades e as políticas governamentais no sector do ambiente.

Vários outros ministérios e instituições públicas intervêm no domínio do ambiente devido à sua complexidade e carácter transversal das questões relativas ao ambiente.

Ao nível descentralizado, existem Núcleos Locais do ambiente para cada distrito e para a região autónoma do Príncipe. Os pontos focais da Direcção do Ambiente na comunidade são convidados a participar nas reuniões e ateliers organizados pelo Gabinete do Ambiente, assim como por outros intervenientes em matéria do ambiente.

Os intervenientes da sociedade civil (ONG, associações profissionais, sindicatos, autoridades religiosas, etc.) são os grandes parceiros do governo no processo de desenvolvimento duradouro e em especial a gestão do ambiente marinho e costeiro.



## **2. Os objectivos do projecto**

### **Objectivo global**

O objectivo global do projecto é permitir que São Tomé e Príncipe preencha as suas obrigações no que diz respeito à Convenção relativa à preparação e à proposta da sua SNA ao CCNUCC de forma a conhecer o nível de emissão dos gases com efeito de estufa.

### **Objectivos específicos**

- Conhecer o grau de vulnerabilidade perante as mudanças climáticas e propôr medidas de adaptação e de atenuação de forma a reduzir os efeitos negativos desta vulnerabilidade nos sectores socioeconómicos do país;
- reforçar as capacidades técnicas e institucionais de São Tomé e Príncipe a integrar as preocupações ligadas às mudanças climáticas nas prioridades e nos planos nacionais e sectoriais de desenvolvimento.

### **3. Estratégia do projecto**

A estratégia do projecto apoiar-se-á na integração das estratégias, de planos e programas de desenvolvimento a níveis sectorial e nacional. A implementação desta estratégia tomará em conta as preocupações ambientais e as ligadas às mudanças climáticas nomeadamente nas estratégias de desenvolvimento do País e especificamente no quadro da estratégia de luta contra a pobreza.

O ponto forte desta estratégia consiste no estabelecimento de sinergias entre as diferentes convenções do ambiente e outras acções, programas e iniciativas em curso a fim de obter um programa nacional consensual que tome em conta as medidas de adaptação às mudanças climáticas e o alívio das emissões ou absorção GES.

Outro eixo importante concentrar-se-á no reforço da coordenação intersectorial no domínio das mudanças climáticas, do quadro institucional e na implementação dos mecanismos encarregues de assegurar a realização da SNA.

Certas estruturas já existentes deverão desempenhar um papel muito importante na aplicação da SNA, como o Comité Técnico Nacional do Ambiente, o Ponto focal do CCNUCC, a Direcção-Geral do Ambiente, entre outros.

Além disso, tratar-se-á de implicar os peritos dos diferentes departamentos ministeriais numa démarche participativa para a mobilização e numa primeira formatação dos dados básicos, de acordo com os formatos desejados para a segunda comunicação nacional. Com base nestes dados, as equipas temáticas de peritos responsáveis pela realização dos inventários GES, análise de vulnerabilidade e formulação dos programas de adaptação e análise das estratégias e medidas de atenuação das emissões e reforço dos poços de absorção GES. Finalmente, um grupo de consultores será encarregue de compilar os trabalhos dos peritos temáticos e elaborar a SNA.

### **4. As actividades do Projecto**

As actividades do projecto foram formuladas para preencher as insuficiências verificadas aquando da elaboração da primeira Comunicação Nacional e conhecer a evolução das emissões dos gases com efeito de estufa tendo em conta os novos sectores identificados. Neste sentido, as principais actividades serão as seguintes:

- actualização dos dados relativos às características físico-geográficas, biológicas e socioeconómicas do país;
- actualização do inventário dos gases com efeito de estufa;
- a análise de vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas;
- a definição de programas que visam o alívio das emissões GES e as mudanças climáticas;
- outras actividades relevantes para a realização dos objectivos da Convenção;
- Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras;

#### **4.1. As características físico-geográficas, biológicas e socioeconómicas de São Tomé e Príncipe**

A auto avaliação da Primeira Comunicação Nacional mostra que será necessário actualizar os dados relativos às características físico-geográficas, biológicas e socioeconómicas do país, nomeadamente:

- A caracterização da situação físico-geográfica (população, clima, relevo, solos, água) perante a evolução climática nacional.
- A caracterização da situação da biodiversidade tendo em conta o impacto climático a nível nacional, nestes últimos anos.

- A caracterização da situação socioeconómica que toma em conta as reformas macroeconómicas, a contribuição dos diferentes sectores económicos no PIB, os impactos do processo da privatização dos solos agrícolas, a produção e o consumo de energia, o transporte, a educação, a saúde, a evolução da situação da pobreza, etc.

Estas caracterizações serão feitas tendo em conta os estudos sectoriais existentes incluindo a Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza, o Mapa de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, a Estratégia e o Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade, os Relatórios Nacionais sobre a Biodiversidade, entre outros.

#### **4.2. O inventário nacional dos gases com efeito de estufa**

Os resultados dos inventários dos Gases com Efeito de Estufa efectuados em 2001, no quadro da elaboração da 1ª Comunicação Nacional, permitiram constatar que o país emite, através de sectores da energia e do transporte, 507.876,63 toneladas de E-CO<sub>2</sub>, enquanto que absorve, graças às suas florestas, 1.582.287,00.

O fornecimento da electricidade a nível nacional constitui ao longo dos anos, um dos constrangimentos essenciais ao desenvolvimento socioeconómico do país. A estrutura da produção da energia compõe-se de uma central térmica e algumas centrais mini-hídricas. No entanto, tendo em conta o preço muito alto do petróleo no mercado internacional e a fraca capacidade de produção, o fornecimento de energia não é permanente, nem regular. Por conseguinte, há um aumento progressivo da aquisição de geradores por parte dos privados. A esse respeito, a Segunda Comunicação Nacional atribuirá uma importância específica ao sector da energia, de forma a melhor conhecer a evolução das emissões deste sector.

Tendo em conta a fraqueza dos dados sobre as emissões constatadas aquando da Primeira Comunicação Nacional, em certos sectores potencialmente emissores (pequenas indústrias, queimadas, desperdícios especiais, desperdícios líquidos), a Segunda Comunicação Nacional identificará os novos sectores, de forma a melhor conhecer a totalidade dos dados das emissões.

#### **4.3. Análise de vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas**

A análise de vulnerabilidade que foi feita na primeira Comunicação Nacional, foram nos sectores mais vulneráveis: agricultura, criação, população, saúde e pesca. No domínio da agricultura e da criação foi constatado que a elevação do nível do mar terá efeitos negativos para as zonas agrícolas potenciais situadas na zona costeira. No domínio da saúde, a inundação e a proliferação das zonas pantanosas nas zonas residenciais serão a fonte de vectores de doenças como o paludismo transmitido pelos mosquitos. No sector das pescas, as perturbações naturais põem em perigo a vida dos pescadores. Na base destas constatações foram propostas medidas de adaptação de carácter institucionais, técnicas, humanas, a fim de minimizar os efeitos negativos destas vulnerabilidades.

A SNA irá aprofundar os estudos de vulnerabilidade e de adaptação em conformidade com os novos cenários.

#### **4.4. Programas visando o alívio das emissões GES**

Para o país, o único inventário dos gases à efeito de estufa efectuado, aos nossos dias, datam de 2002 e como ano de referência o ano 1998 cujos dados estavam disponíveis. Os sectores cobertos por este inventário são: a energia, os transportes, a agricultura, a criação, as florestas, os desperdícios e os métodos industriais.

Para um total de 507.876,63 toneladas de E-CO<sub>2</sub> emitidos em 1998, 411.300 toneladas provêm da exploração dos combustíveis de madeira, resultado do consumo de madeira na indústria e nas famílias (carvão e preparação dos alimentos), para um total de 80%. O consumo dos combustíveis fósseis para os transportes e para a produção da electricidade emite apenas 20% de CO<sub>2</sub>.

Embora sendo um poço de carbono, devido às suas grandes massas florestais (com uma capacidade séquestração de mais de 1.000.000 toneladas de E-CO<sub>2</sub>) o país pode inscrever-se na dinâmica de um

desenvolvimento limpo de acordo com o conceito do MDP. As acções seguintes poderiam ser empreendidas neste sentido:

- A investigação de opções industriais não poluentes em conformidade com o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDP);
- O desenvolvimento de energias novas e renováveis (energia eólica, solar, hidráulica, biogás, etc.) a fim de reduzir o uso da madeira-energia;
- A luta contra os fogos de mata;
- O reflorestamento;
- A definição de uma opção agrícola não poluente.

Na análise dos impactos socioeconómicos das opções de alívio, a inexistência de referência no que diz respeito a um limiar aceitável do custo da tonelada de CO<sup>2</sup> evitada não permite de julgar do carácter razoável ou não dos investimentos nas medidas de atenuação. Para além do facto que São Tomé e Príncipe pertence ou grupo de pequenos países insulares (Small Islands Developing States-SIDS) e também faz parte dos países nos quais o nível de emissão e absorção GES é considerado negligenciável, o exercício tem um interesse antes metodológico e de construção das capacidades nacionais. A SNA deveria permitir a confirmação deste interesse.

#### **4.5. Outras actividades relevantes para a realização dos objectivos da Convenção**

Tendo em conta o facto da aplicação da metodologia participativa que implica os diferentes intervenientes, bem como uma coordenação intersectorial dos diferentes sectores da Administração Central do Estado, a SNA levará a efeito um programa de informação, educação e comunicação da população à problemática das mudanças climáticas.

Uma Comissão intersectorial será implementada e responsável do acompanhamento das actividades e da aplicação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a nível nacional e do reforço das relações existentes entre as diferentes Convenções ambientais.

A SNA fornecerá igualmente dados sobre o estado das mudanças climáticas nacionais a partir das investigações iniciadas pelos diferentes sectores identificados.

Uma estratégia será definida de forma a integrar de maneira mais global as preocupações das mudanças climáticas no Mapa de Políticas Agrícolas e a Estratégia Nacional Luta contra a Pobreza.

Enquanto as outras actividades do projecto são levadas a efeito o quadro legislativo nacional em matéria de ambiente será revisto de forma a integrar as preocupações ligadas às Mudanças Climáticas.

#### **4.6. Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras**

Uma das lacunas da Primeira Comunicação Nacional é a dificuldade na coordenação entre os diferentes sectores referidos pelas mudanças climáticas, devido a falta de capacidades técnicas e de recursos materiais para a obtenção dos dados relativos às mudanças climáticas. Neste sentido, a Segunda Comunicação Nacional implementará uma estratégia que visa a melhoria das capacidades institucionais, humanas, públicas e técnicas no área das mudanças climáticas.

Para atingir a sustentabilidade desta estratégia, serão implementados mecanismos de reforço de coordenação intersectorial. Uma atenção especial será atribuída à aplicação de uma metodologia participativa que implica a sociedade civil, as ONG, o sector privado, as comunidades locais, as autoridades locais e religiosas e os sindicatos, etc.

A Segunda Comunicação Nacional estabelecerá um novo quadro estratégico para a participação activa do País de forma a beneficiar das vantagens da cooperação internacional, nomeadamente no quadro das instituições multilaterais e bilaterais. Será atribuída uma prioridade à transferência das tecnologias no quadro do MDP.

Na base dos problemas identificados, a SNA proporá um conjunto de actividades em forma de projectos para a criação das bases ao alívio das emissões futuras e adaptação aos diferentes impactos identificados durante o estudo.

## 5. O quadro institucional para a aplicação do projecto

O projecto será executado pelo Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente (MRNE) através da Direcção-Geral do Ambiente (DGE).

Um Comité de Pilotagem multisectorial será criado sob a égide do DGE que assegurará a coordenação do projecto. Este Comité terá à sua responsabilidade as actividades de avaliação e de acompanhamento do projecto bem como a revisão e a aprovação do Plano de Trabalho e o orçamento apresentados pelo Coordenador Nacional do Projecto.

As actividades diárias do projecto serão levadas a efeito pelo Coordenador Nacional do Projecto que assegurará a boa execução de todas as actividades do projecto, de modo que os objectivos sejam atingidos.

## 6. Avaliação do impacto do projecto

Os impactos das acções empreendidas no quadro do projecto serão avaliados sistematicamente tomando em conta os indicadores seguintes:

- **No plano estratégico:** a avaliação concentrou-se no nível de integração da problemática das mudanças climáticas nos programas, planos de desenvolvimento nacionais e estratégias de desenvolvimento dos sectores prioritários do país (energia, resíduos, florestas, agricultura, criação, transportes e indústria).
- **No plano da apropriação dos resultados do projecto:** espera-se que serão vulgarizados e realmente utilizados pelos diferentes sectores implicados. Estes resultados deverão constituir um instrumento de consulta e devem, por conseguinte, estar disponíveis e acessíveis à todos os intervenientes (organismos públicos, sociedade civil, ONG, sectores privados, sectores religiosos, sindicatos) implicados no processo de mudanças climáticas.
- **No plano da sustentabilidade do processo de realização da Comunicação Nacional:** a avaliação deverá permitir verificar a eficácia do funcionamento das estruturas implementadas no quadro do projecto. Esta sustentabilidade deverá também ser avaliada após o fim do projecto, a fim de assegurar a continuidade das actividades realizadas durante o projecto.
- **No plano dos aspectos temáticos:** os impactos serão avaliados nos assuntos tratados (inventário GES, alívio GES, vulnerabilidade, adaptação, formação, IEC, etc.). Compreenderá uma análise dos progressos realizados em matéria de coordenação entre os diferentes sectores implicados no processo de mudanças climáticas, no reforço das capacidades institucional, na capacitação e na formação dos recursos humanos.

## 7. Orçamento do projecto

O montante do apoio financeiro procurado junto do FEM para a realização do projecto é de 405.000 US\$ repartido como indicado no quadro abaixo. A contribuição do Governo da São Tomé e Príncipe ascende cerca de 22.675 US\$.

## Quadro 1 – Elementos de custos do projecto

Vertentes da SNA	Actividades a realizar	Produtos esperados	Custo (US\$)
<b>Produto I. CONTEXTO NACIONAL</b>	Implementação de um <b>Grupo de trabalho</b> para a compilação, a actualização e a actualização dos dados característicos de São Tomé e Príncipe	O texto da secção correspondente do CNI é reexaminado	8.000
<b>Produto II. INVENTÁRIO NACIONAL GES: REALIZAÇÃO do INVENTÁRIO GES PARA o ANO A DEFINIR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação <b>grupos de peritos temáticos</b> de acordo com os principais sectores de inventário;</li> <li>- Aquisição de equipamentos tecnológicos e informáticos para o funcionamento do projecto;</li> <li>- Organização de um atelier de formação de peritos para a recolha dos dados;</li> <li>- Recolha, compilação e análise dos dados;</li> <li>- Aquisição dos dados climatológicos;</li> <li>- Organização de um atelier para a restituição dos resultados e validação dos relatórios provisórios apresentados pelos grupos de peritos.</li> </ul>	<p>Uma base de dados que contém os dados do inventário</p> <p>Relatório de inventário GES nos principais sectores de emissão e de absorção.</p>	81.500
<b>Produto III. Análise da vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recrutamento de um <b>grupo de peritos temático</b> para a análise de vulnerabilidade e a elaboração de medidas de adaptação.</li> <li>- Aquisição de meios logísticos, tecnológicos, de equipamentos e de programas informáticos necessários para a avaliação nacional.</li> <li>- Organização de um atelier para a definição metodológica;</li> <li>- Retoma da análise de vulnerabilidade;</li> <li>- Alargamento da análise de vulnerabilidade à outros novos sectores identificados;</li> <li>- Definição de uma estratégia nacional de adaptação com base nos resultados da análise de vulnerabilidade.</li> <li>- Organização de um atelier de validação dos relatórios</li> </ul>	<p>Relatórios de estudos de vulnerabilidade</p> <p>Estratégia nacional de adaptação</p>	90.620

Vertentes do S.C.N	Actividades	Produtos	Custo (US\$)
<b>Produto IV. Programas visando o alívio das emissões GES e das mudanças climáticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recrutamento de um <b>grupo de peritos temático</b> para a análise das medidas de atenuação das emissões GES e o reforço dos poços de absorção.</li> <li>- Aquisição de meios logísticos, de equipamentos tecnológicos e de programas informáticos necessários para a avaliação nacional.</li> <li>- Organização de um atelier para a definição metodológica</li> <li>- Formulação das medidas e estratégias de alívio das emissões GES e reforço dos poços de absorção.</li> <li>- Proposta de um plano de acção operacional que visa o alívio das emissões GES e o reforço dos poços de absorção.</li> <li>- Organização de um atelier temático de validação dos relatórios</li> </ul>	Relatório sobre as estratégias medida de alívio a integrar na SCN.	36.000
<b>Produto V. Outras actividades relevantes para a realização dos objectivos da Convenção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação dos mecanismos e as estratégias para integrar os CC no CPA e mais globalmente no SNLCP.</li> <li>- Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e de educação sobre as mudanças climáticas</li> <li>- Criação de uma Comissão intersectorial para o acompanhamento das actividades e a aplicação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a nível nacional.</li> <li>- Fornecimento dos dados sobre o estado das mudanças climáticas nacionais a partir das pesquisas iniciadas pelos diferentes sectores identificados.</li> <li>- Revisão da legislação nacional em matéria de ambiente para integrar as preocupações ligadas ao CC</li> </ul>	Relatório anexo à SCN	21.000
<b>Produto VI. Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implementação de uma estratégia que visa a melhoria das capacidades institucionais, humanas, públicas, técnicas no domínio das mudanças climáticas.</li> <li>- implementação dos mecanismos de reforço de coordenação intersectorial;</li> <li>- aplicação de uma metodologia participativa que implica a sociedade civil, as ONG, o sector privado, as comunidades locais, as autoridades locais e religiosas, os sindicatos, no processo de elaboração da SCN;</li> <li>- estabelecimento de um novo quadro estratégico para a participação activa do País de forma a beneficiar das vantagens da cooperação internacional, nomeadamente no âmbito das instituições multilaterais e bilaterais, particularmente à transferência das tecnologias no âmbito do MDP.</li> </ul>		11.500

<b>Produto VII. ASSISTENCIA TECNICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A actualização dos planos de trabalho e os cronogramas de aplicação e os orçamentos do projecto;</li> <li>- A preparação de TDR para os diferentes estudos;</li> <li>- A análise dos relatórios provisórios e as fichas de projectos produzidos pelos consultores.</li> </ul>	<p>Planos de trabalho e orçamentos semestrais do projecto</p> <p>TDR dos principais estudos</p>	12.000
<b>Produto VIII. COMPILAÇÃO DOS RELATÓRIOS E FORMULAÇÃO DA SEGUNDA COMUNICAÇÃO NACIONAL, INCLUINDO TRADUÇÃO E EDIÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compilação dos relatórios dos grupos de peritos temáticos;</li> <li>- Produção do documento de SCN;</li> <li>- Organização de um atelier nacional de validação da SCN;</li> <li>- Edição e publicação da SCN.</li> </ul>	Documento do SNC	13.000
<b>Produto IX. GESTÃO DO PROJECTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tarefas administrativas, técnicas;</li> <li>- Tarefas financeiras e contabilísticas.</li> <li>- Aquisições de equipamentos e programas informáticos</li> <li>- Aquisição de consumíveis de escritório;</li> <li>- Telecomunicações;</li> <li>- Fornecimentos diversos.</li> </ul>	- Relatórios técnicos e financeiro	116.380
<b>Produto X. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização de reuniões periódicas do Comité de pilotagem;</li> <li>- Organização das reuniões trimestrais com o Escritório local do PNUD.</li> <li>- Organização das missões de auditoria anual;</li> <li>- Produção dos relatórios em conformidade com as disposições do chap. 1.4 do presente pedido (Controlo and Avaliação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Actas de Reuniões</li> <li>- Relatórios periódicos: <i>Inception Report,</i> <i>Quarterly Progress Report,</i> <i>Technical Reports</i></li> <li>- Relatórios anuais de auditoria.</li> </ul>	15.000
<b>TOTAL</b>			<b>405.000</b>



## Quadro 2 - Contribuição do Governo

Natureza dos custos	Afectação e Designação	Unidade	Quantidade	Custo total US\$
Salas para sede do projecto	Alugueres, Electricidade, Água	Mês	36	5 800
Despesas de gestão	Utilização dos meios informáticos	Ano	3	2 000
	Utilização dos meios logísticos e outros equipamentos	Ano	3	5 000
	Pessoal (Director Nacional e Membros do Comité de Pilotagem)	Ano	3	7 875
Outras Despesas diversas		Preço fixo	1	2 000
Total US\$				22.675

## 8. Plano de trabalho detalhado

**Quadro 3. Cronograma de aplicação do projecto de formulação de uma SCN**

Vertente/actividades da SCN	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
<b>I. CONTEXTO NACIONAL</b>												
implementação de um <b>Grupo de trabalho</b> para a compilação, a actualização e a actualização dos dados característicos. de São Tomé e Príncipe												
<b>II. INVENTÁRIO NACIONAL DOS GASES COM EFEITO DE ESTUFA</b>												
implementação de <b>grupos de peritos temáticos</b> de acordo com os principais sectores de inventário												
Aquisição de equipamentos tecnológicos e informáticos ao funcionamento do projecto												
Organização de um atelier de formação dos peritos para a recolha dos dados;												
Recolha, compilação e análise dos dados;												
Aquisição dos dados climatológicos;												
Organização de um atelier para a restituição dos resultados e a validação dos relatórios provisórios apresentados pelos grupos de peritos												
<b>III. Análise da vulnerabilidade e medidas de adaptação às mudanças climáticas</b>												
Aquisição de meios logísticos, de equipamentos tecnológicos e de programas informáticos necessários para a avaliação nacional												
Organização de um atelier para a definição metodológica												
Retoma da análise de vulnerabilidade												

Vertente/actividades da SCN	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Alargamento da análise de vulnerabilidade à outros novos sectores identificados												
Definição de uma estratégia nacional de adaptação com base nos resultados da análise de vulnerabilidade.												
Organização de um atelier de validação dos relatórios												

Vertente/actividades da SCN	Ano 1				Ano 2				Ano 3			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
<b>IV. Programas visando o alívio das emissões GES e as mudanças climáticas</b>												
Recrutamento de um <b>grupo de peritos temático</b> para a análise das medidas de atenuação das emissões GES e o reforço dos poços de absorção												
Aquisição de meios logísticos, de equipamentos tecnológicos e de programas informáticos necessários para a avaliação nacional												
Organização de um atelier para a definição metodológica												
Formulação das medidas e estratégias de alívio das emissões GES e reforço dos poços de absorção.												
Proposta de um plano de acção operacional que visa o alívio das emissões GES e o reforço dos poços de absorção.												
Organização de um atelier temático de validação dos relatórios												
<b>V. Outras actividades relevantes para a realização dos objectivos da Convenção</b>												

Identificação dos mecanismos e as estratégias para integrar o CC no CPA e mais globalmente no SNLCP.													
Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e de educação sobre as mudanças climáticas.													
Criação de uma Comissão intersectorial para o acompanhamento das actividades e a aplicação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas a nível nacional													
Fornecimento dos dados sobre o estado das mudanças climáticas nacionais a partirem das investigações iniciadas pelos diferentes sectores identificados.													
Revisão da legislação nacional em matéria de ambiente para integrar as preocupações ligadas ao CC													
<b>VI. Constrangimentos, lacunas e necessidades de reforço das capacidades técnicas e financeiras</b>													
instaurado de uma estratégia que visa a melhoria das capacidades institucionais, humanas, públicas, técnicas no domínio das mudanças climáticas													
instaurado dos mecanismos de reforço de coordenação intersectorial.													
aplicação de uma metodologia participativa que implica a sociedade civil, as ONG, o sector privado, as comunidades locais, as autoridades locais e religiosas, os sindicatos, no processo de elaboração da SCN													
estabelecimento de um novo quadro estratégico para a participação activa do País de forma a beneficiar das vantagens da cooperação internacional													
<b>VII. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>													
A actualização dos planos de trabalho e dos cronogramas de aplicação e os orçamentos do projecto.													
A preparação de TDR para os diferentes estudos.													
A análise dos relatórios provisórios e das fichas de projectos produzidos pelos													

consultores.												
<b>VIII. COMPILAÇÃO DOS RELATÓRIOS E FORMULAÇÃO DA SEGUNDA COMUNICAÇÃO NACIONAL, INCLUINDO TRADUÇÃO E EDIÇÃO</b>												
Compilação dos relatórios dos grupos de peritos temáticos												
Produção do documento de SCN												
Organização de um atelier nacional de validação da SCN												
Edição e publicação da SCN												
<b>IX. GESTÃO DO PROJECTO</b>												
<b>X. SEGUIMENTO AVALIAÇÃO</b>												

## **Anexo C: Termos de Referência**

### **A - Director Nacional do Projecto**

O Ministro dos Recursos Naturais e do Ambiente, designará o Director Geral do Ambiente como Director Nacional do Projecto. O Director Nacional do Projecto não faz parte do pessoal do Projecto mas receberá todo o apoio técnico necessário no âmbito das suas actividades de acompanhamento do Projecto. A sua nomeação faz parte dos contributos em natureza do Governo e o seu papel é assegurar a conversão entre este último e o Projecto.

#### **Tarefas e responsabilidades.**

O Director Nacional do Projecto tem como tarefas:

- Assegurar-se que as salas estão disponíveis para a unidade de gestão do Projecto;
- Supervisionar de maneira global o trabalho técnico da equipa do coordenador nacional e dos consultores e controlar regularmente a evolução do Projecto;
- Informar os diferentes Ministros intervenientes na questão dos progressos realizados no âmbito do Projecto;
- Fornecer regularmente o relatório das actividades do Projecto ao Comité de pilotagem;
- Colaborar estreitamente com o PNUD sobre as questões relativas à execução das actividades do Projecto;
- Gerir, assinar e controlar os desembolsos dos fundos do Projecto de acordo com as regras e os procedimentos do Governo e do PNUD/FEM;
- Assegurar a entrega nos prazos dos relatórios de actividades e dos relatórios financeiros ao PNUD;
- Assegurar uma colaboração estreita com todos os intervenientes no Projecto e com o Comité de Pilotagem;
- Assegurar uma contribuição e um engajamento efectivo por parte do Governo às actividades do Projecto.

Em concertação com o Coordenador Nacional do Projecto, o Director Nacional do Projecto deverá:

- Coordenar a implementação e a instalação da estrutura de gestão do Projecto e assegurar o seu arranque efectivo;
- Organizar as reuniões do Comité de Pilotagem do Projecto;
- Analisar e aprovar um plano de trabalho do Projecto preparado pelo ENP que especifica os objectivos, os alvos anuais, os prazos e os contributos necessários, com indicadores de desempenho precisos e mensuráveis;
- Coordenar a organização do atelier de arranque e a redacção do relatório de arranque que deverá ser adoptado pelos intervenientes;
- Avaliar o desempenho dos peritos e de consultores nacionais em colaboração com o Perito Nacional do Projecto;
- Coordenar todas as actividades de formação previstas no quadro do Projecto;
- Apresentar um relatório anual de desempenho do Projecto.

## **B - COORDENADOR NACIONAL DO PROJECTO**

Um Coordenador nacional de Projecto será recrutado, de acordo com os procedimentos do PNUD pelo Ministério responsável do Ambiente e o PNUD para velar à implementação do projecto, em estreita colaboração com o PNUD. Ele ou ela será responsável pela gestão dos aspectos do projecto e fornecerá ajuda técnica aos grupos de peritos técnicos nacionais.

O (a) candidato (a) deverá ter uma grande motivação, ser entusiasta e capaz de trabalhar independentemente.

Ele/ela deverá ter um background científico/técnico elevado para realizar as políticas.

O coordenador nacional do projecto deverá ter uma forte experiência na preparação das Comunicações nacionais sobre as Mudanças Climáticas e/ou outras actividades ligadas às mudanças climáticas.

A experiência adquirida aquando da elaboração da Primeira Comunicação Nacional é uma vantagem importante para o acompanhamento das actividades da SNA. A capacidade de trabalhar em equipa e de gerir uma larga variedade de pessoas do governo, das agências, das organizações não governamentais e das instituições de investigação é necessária e indispensável. Ele ou ela deverá trabalhar a tempo inteiro e estar totalmente disponível para as actividades do projecto.

### **Responsabilidades:**

O Coordenador Nacional assegura a gestão diária do projecto. É o responsável principal pela gestão, coordenação, controlo e implementação do projecto. Os deveres do coordenador incluirão designadamente as especificidades seguintes:

- em ausência do Director Nacional, assegura o seu ínterim.
- coordena todas as actividades do projecto com os chefes de grupos dos peritos técnicos e as diferentes instituições e agências nacionais.
- prepara os planos de trabalho detalhados e os termos de referência para o recrutamento de consultores do projecto e de acordo com o Director Nacional;
- prepara as concertações com os ministérios adequados, os institutos de investigações nacionais e internacionais, as organizações não governamentais e outras instituições adequadas para implicar o seu pessoal nas actividades do projecto, para procurar e recolher as informações adequadas ao projecto e a disseminação;
- contribui para identificar os peritos, participar no recrutamento dos consultores nacionais e internacionais para ajudar e/ou trabalhar no projecto;
- ajuda a promover e estabelecer relações com outros projectos nacionais e regionais e outros programas internacionais, ligados às actividades do projecto;
- prepara as actas e os relatórios periódicos da implementação do projecto e assegura-se que todos os relatórios nacionais do projecto são enviados à coordenação sub-regionais e ao secretariado da convenção e de acordo com o Director Nacional do Projecto;
- coordena e segue todas as despesas de acordo com o orçamento do projecto com o Assistente Administrativo e Financeiro;
- identifica as necessidades de formação dos consultores nacionais contratados e outros depositários do projecto e identifica os módulos de formação adequados e os formadores preparados para o reforço das capacidades nacionais que apresenta ao Director Nacional;
- organiza ateliers nacionais e seminários de formações de acordo com o plano de trabalho do projecto de acordo com o Director do Projecto.
- passa em revista todo o material necessário e assegura-se do seu bom funcionamento;
- prepara a publicação e a distribuição dos relatórios produzidos pelo projecto;



**Qualificações:**

- diploma universitário em ciências exactas et sciences de la nature ou em outros domínios ligados às mudanças climáticas;
- Experiências adequadas no domínio das mudanças climáticas;
- Ter no mínimo 10 anos de experiência no domínio relevante ao projecto;
- Ter competências em comunicação, gestão dos recursos humanos e processo das negociações internacionais;
- Ter um bom controlo do instrumento informático, incluindo a exploração dos sítios Internet;
- Ter um bom conhecimento da língua francesa e/ou inglesa.

**Instalação do projecto:** O Coordenador Nacional do Projecto trabalhará no escritório do projecto situado no Ministério dos Recursos Naturais e do Ambiente.

**Duração do projecto:** 36 meses

## **C - Assistente Administrativo e Financeiro**

Um assistente administrativo e financeiro assistirá a equipa de projecto para facilitar a implementação do Projecto.

O assistente administrativo e financeiro será recrutado em conformidade com os procedimentos do PNUD pelo Ministério tutela do Ambiente e pelo PNUD. Ele ou ela deve ter conhecimentos sobre a problemática das mudanças climáticas ou ter participado preferivelmente nas actividades anteriores sobre a Primeira Comunicação Nacional.

O assistente administrativo e financeiro trabalhará a tempo inteiro e executará os deveres seguintes:

**Deveres:** O assistente administrativo e financeiro terá como tarefas:

- Ajudar o Coordenador nacional do Projecto na gestão diária das actividades do projecto;
- Ajudar o Director Nacional na gestão financeira e no acompanhamento dos pagamentos realizados pelo projecto. Um caderno das despesas será aberto para esse efeito;
- Elaborar os pedidos de pagamento e assegurar o seu acompanhamento e seu pagamento;
- Preparar os relatórios financeiros em conformidade com os procedimentos do PNUD;
- Ajudar o Director Nacional e o Coordenador Nacional do Projecto na preparação de um plano de trabalho detalhado;
- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na preparação das actividades e das diferentes actas de actividades realizadas;
- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na elaboração dos termos de referência e na sua publicação com o propósito de recrutamento dos diferentes consultores;
- Assegurar o acompanhamento administrativo das actividades do projecto e redigir as diferentes actas e relatórios e velar à sua transmissão ao PNUD, Governo e Comité de Direcção de acordo com o Director Nacional do projecto;
- Assegurar e seguir a compra dos equipamentos e os consumíveis de escritório com o apoio do Centro de Serviço do PNUD;
- Fornecer o apoio substancial na organização dos ateliers de formação;
- Fornecer o apoio administrativo geral na projecção de actividades;
- Ajudar o Coordenador do Projecto na preparação das sessões dos Comités de direcção ou outras tarefas relativas à execução do projecto;

**Qualificações:**

- Ter um nível universitário em contabilidade e em gestão administrativa;
- Ter no mínimo uma experiência de pelo menos 3 anos no domínio de gestão financeira de projectos;
- Ter bases sólidas na utilização do instrumento informático, incluindo a exploração dos sítios Internet;
- Ter conhecimentos da língua francesa e/ou inglesa.

**Localização:**

O assistente administrativo e financeiro trabalhará no escritório do projecto situado no Ministério tutela do Ambiente.

**Duração:** 36 meses

## **D - Grupo de peritos técnicos**

Um chefe de equipa será responsável por cada grupo temático/técnico constituído de peritos nacionais recrutados a tempo parcial de acordo com os procedimentos do PNUD e de acordo com as suas competências no seu domínio. Serão compostos de consultores procedentes das agências ou do governo, das instituições universitárias, das organizações não governamentais e do sector privado.

O Coordenador Nacional do Projecto e o chefe de cada estudo formarão a equipa de gestão da actividade.

O Grupo de peritos Técnicos desenvolverá o plano de trabalho adequado do sector de actividade do grupo. Fornecerão a ajuda técnica de acordo com a direcção nacional para a actividade a realizar e terão uma formação adequada sobre os aspectos científicos ou metodológicos de trabalhos a serem realizados.

O Director Nacional e o Coordenador Nacional do projecto assegurarão toda a ajuda técnica necessária e ajudarão no recrutamento de diferentes consultores no seu domínio de avaliação.

## **D1. Grupo Técnico para os Inventários GES**

### **Tarefas:**

- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na preparação do plano de trabalho adequado;
- Aconselhar e assegurar a aplicação de metodologias de inventário adequadas;
- Ajudar na escolha da qualidade de dados e na análise das fontes chave;
- Recomendar os métodos de melhoria ou escolhas dos factores de emissão;
- Contribuir plenamente para a elaboração do Relatório de Inventário nacional e identificar as actividades complementares;
- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na organização dos ateliers de formação para melhorar a qualidade dos inventários GES;
- Contribuir para a elaboração das estratégias nacionais sobre o alívio e do programa nacional de alívio.

## **D2. Equipas técnicas sobre a Vulnerabilidade e a Adaptação**

### Justificação.

Os estudos de Vulnerabilidade/Adaptação às mudanças climáticas realizadas aquando da elaboração da Primeira Comunicação Nacional apresentam insuficiências e lacunas que será necessário preencher no âmbito do projecto de Segunda Comunicação Nacional.

A melhoria dos cenários das mudanças climáticas permitirá igualmente reexaminar os estudos anteriores nos sectores chave.

### Objectivos.

O objectivo do trabalho é contribuir à elaboração da Segunda Comunicação Nacional pela realização de estudos sobre a vulnerabilidade e a adaptação dos sectores produtivos e socioeconómicos às mudanças climáticas.

### Resultados esperados.

Os principais resultados esperados são:

- Peritos nacionais formados e as suas capacidades reforçadas para a realização dos estudos de vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas;
- Um banco de dados e de informações sobre a vulnerabilidade e a adaptação dos sectores produtivos e socioeconómicos às mudanças climáticas implementado;
- Relatório de estudo sobre a vulnerabilidade e a adaptação dos sectores produtivos e socioeconómicos às mudanças climáticas disponível.

### Actividades a realizar pelos peritos

Embora o documento de projecto da Segunda Comunicação Nacional forneça já o quadro dos estudos de Vulnerabilidade & de Adaptação, os peritos que serão recrutados deverão ser capazes de dar conselhos sobre os ajustamentos eventuais, ao mesmo tempo ao nível organizacional e técnico, para uma elaboração dos estudos de Vulnerabilidade & de Adaptação.

Deverão fazer de modo que todas as actividades seguintes sejam satisfatoriamente efectuadas:

#### a. Questões políticas e institucionais

1. Identificar as questões políticas que os estudos de Vulnerabilidade & Adaptação do projecto de Segunda Comunicação Nacional aplicam-se a resolver (definir a amplitude dos riscos associados às mudanças climáticas previstas; ajudar a identificar as prioridades para a adaptação; apoiar o desenvolvimento de uma estratégia de adaptação nacional.)
2. Identificar de maneira exaustiva os resultados esperados dos estudos de Vulnerabilidade & Adaptação do projecto SNC com base no documento de projecto: (i) proceder à uma avaliação dos níveis de vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe às mudanças climáticas; (ii) proceder à uma avaliação dos impactos ao nível sectorial para as prioridades identificadas no documento de projecto; (iii) elaborar uma estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas que compreende as políticas, os programas e os projectos.
3. Desenvolver uma estratégia clara que faz a relação entre os resultados dos estudos de Vulnerabilidade & de Adaptação e a planificação do desenvolvimento nacional. A estratégia incluirá nomeadamente: (i) a avaliação dos arranjos institucionais ou os compromissos dos

intervenientes necessários para facilitar a ligação dos resultados dos estudos de Vulnerabilidade & Adaptação à planificação sectorial ou nacional;

## b. Questões técnicas

### *b.1. Extensão do estudo Vulnerabilidade & Adaptação*

Dar imediatamente os detalhes (geográficos, temáticos, cobertura sectorial, cronologia) dos estudos Vulnerabilidade & Adaptação. Os peritos escolhidos deverão nomeadamente:

(I) conceber uma estratégia de partida mas enriquecer o que tinha sido feito na Primeira Comunicação Nacional e no projecto PANA;

- (ii) dar os detalhes sobre a extensão dos estudos sobre os sectores/regiões/culturas não cobertos pela Comunicação Nacional Inicial, os sectores identificados como sensíveis/vulneráveis às mudanças climáticas, as culturas importantes do ponto de vista económico e do ponto de vista da sobrevivência da população e que são sensíveis/vulneráveis, de acordo com a proposta de projecto da Segunda Comunicação Nacional;
- (iii) preparar um plano de trabalho detalhado para cada um dos estudos a efectuar, incluindo uma estratégia para fazer participar os principais intervenientes, a cronologia, etc.;
- (iv) conceber uma estratégia ad hoc para fazer a ligação entre os estudos de Vulnerabilidade & Adaptação e os projectos/actividades relativos anteriores e correntes (exemplo: degradação do solo, biodiversidade).

### *b.2. Quadro metodológico*

Dar os detalhes sobre o quadro metodológico global para os estudos de Vulnerabilidade & de Adaptação de acordo com o documento de projecto e em consulta com o coordenador do projecto. Fazendo, os peritos deverão fazer de modo que:

- (i) o quadro metodológico proposto seja o mais adequado possível visto as questões políticas abordadas, as características do estudo (exemplo: focalização sectorial, escala espacial e escala temporal, intervenientes implicados, participação dos actores, necessidade de ter dados, etc.), e a disponibilidade dos dados;
- (ii) as competências internas necessárias para que tal quadro metodológico esteja disponível no país. O perito deverá, se necessário, desenvolver estratégias para preencher a lacuna em capacidade técnica por exemplo, que explora a possibilidade de aplicar um outro quadro no qual existem melhores competências internas, ou conceber uma estratégia de formação/apoio técnico, etc.

### *b.3. Desenvolvimento de cenários*

1. Identificar os diferentes tipos de cenários necessários para efectuar um estudo de Vulnerabilidade & Adaptação (exemplo: o clima, a sócio economia, a tecnologia, a capacidade de adaptação, a utilização dos solos e a cobertura das solos).
2. Identificar a resolução temporal e a resolução espacial necessária para que estes cenários (por exemplo: resolução nacional, resolução subnacional, bacia hidrográfica, comunidade, nível de exploração, média multidecenal, anual, mensal, diária, condições médias, acontecimentos extremos, etc.). Simultaneamente, os peritos deverão justificar a sua escolha.

3. Desenvolver as estratégias para desenvolver estes cenários (exemplo: com base num modelo, opinião do perito, etc.).

Durante a preparação da estratégia de desenvolvimento dos cenários, os peritos deverão avaliar a viabilidade das necessidades do cenário e os métodos para desenvolver estes cenários, visto as características dos estudos a efectuar e a disponibilidade dos dados. Deverão por exemplo: (i) dar conselhos sobre as opções alternativas para fazer funcionar os modelos de clima regional ou outros exercícios que pedem muitos recursos e meios; (ii) estimar se há recursos internos suficientes no país capazes de desenvolver estes cenários e/ou de identificar as opções para paliar as necessidades de competências suplementares.

#### b.4. *Avaliações sectoriais (examinar cada um dos sectores do estudo)*

1. Detalhar os métodos e os instrumentos, de acordo com o documento de projecto, escolhidos para começar as avaliações sectoriais (exemplo: modelos numéricos, obtenção dos pontos de vista de peritos, consultas dos parceiros, grupos de discussão, etc.). Para tal, os peritos darão conselhos sobre os ajustamentos eventuais a pôr as opções identificadas no documento de projecto.
2. Fornecer as justificações para a selecção dos métodos/instrumentos considerando as questões de pesquisa, as características dos estudos, a necessidade dos dados e as competências técnicas para estes métodos/instrumentos.
3. Considerar as competências internas necessárias para aplicar os métodos/instrumentos escolhidos e preparar a estratégia de formação/apoio técnico de acordo com as necessidades.
4. Desenvolver uma estratégia para integrar os resultados da avaliação sectorial de acordo com as necessidades. Por exemplo, aplicando um modelo integrado, sintetizando as informações sectoriais, etc.

### c. Necessidades de assistência técnica

Desenvolver uma estratégia de formação/apoio técnico para reforçar as capacidades técnicas para efectuar os diferentes estudos de Vulnerabilidade & de Adaptação. Seria necessário incluir os detalhes sobre o tipo de apoio necessário (estágios sobre os quadros/instrumentos metodológicos dados, material de orientação, documentos técnicos e boas práticas) bem como a cronologia para tal apoio.

Os peritos responsáveis pelos estudos de vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas elaborarão um primeiro documento de orientação que contem os elementos retomados nos pontos precedentes (1 à 13) que apresentarão à aprovação do Comité de Pilotagem do Projecto antes de passar às análises de Vulnerabilidade e de Adaptação como tais.

### d. Análises de Vulnerabilidade & Adaptação às mudanças climáticas.

À esta etapa, o grupo de peritos, alargado eventualmente à outras competências identificadas, deverá:

1. Participar nas diferentes formações julgadas necessárias e organizadas pelo projecto;
2. Elaborar os cenários de futuras mudanças climáticas;
3. Estabelecer a situação futura de referência sem mudanças climáticas e a situação futura com mudanças climáticas para cada sector;
4. Definir as estratégias e as opções bem como as medidas e as acções de adaptação às mudanças climáticas;
5. Produzir os relatórios sectoriais.

### Perfis dos peritos a recrutar

O trabalho será realizado por um grupo de peritos tendo uma boa experiência na elaboração de estudos de Vulnerabilidade & Adaptação às mudanças climáticas.



### **D3. Grupo de peritos para o alívio**

#### **Tarefas:**

- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na preparação do plano de trabalho das actividades adequadas;
- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na investigação e na escolha dos módulos adequados de formação em conformidade com os modelos macroeconómicos;
- Aconselhar a escolha dos modelos macroeconómicos para avaliar as opções de redução e as medidas adequadas para a redução das emissões GES;
- Identificar as medidas prioritárias para atenuar as mudanças climáticas e posicionar as actividades complementares;
- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na realização de ateliers específicos de formação sobre a redução de emissões GES;
- Sugerir os módulos de formação sobre o reforço das capacidades em matéria de avaliação das medidas que visam a reduzir as emissões GES;
- Contribuir plenamente para a elaboração do relatório sobre o alívio.
- Contribuir plenamente para a elaboração das estratégias nacionais sobre o alívio;
- Contribuir plenamente para a elaboração dos programas nacionais para o alívio.

#### **D4. Grupo técnico sobre as Tecnologias limpas e o desenvolvimento de capacidades endógenas**

##### **Tarefas:**

- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na preparação do plano adequado de trabalho da actividade;
- Aconselhar na escolha de prioridades das necessidades tecnológicas especificamente nos sectores de estudo;
- Analisar a rentabilidade das tecnologias identificadas e as modalidades da sua aquisição e a sua aplicação;
- Avaliar as tecnologias endógenas existentes para fins da sua promoção no contexto nacional e internacional;
- Ajudar o desenvolvimento de capacidades endógenas;
- Contribuir para a implementação de uma base de dados sobre as tecnologias limpas incluindo as tecnologias de adaptação às mudanças climáticas e redução de emissões GES;
- Identificar as actividades complementares;
- Ajudar o Director Nacional e o Coordenador Nacional do Projecto na realização dos ateliers de formação sobre a identificação e a escolha das tecnologias menos emissoras GES;
- Contribuir plenamente para a elaboração do relatório sobre as tecnologias limpas e o desenvolvimento de capacidades endógenas;
- Contribuir plenamente para a elaboração das estratégias nacionais sobre as tecnologias limpas e o desenvolvimento de capacidades endógenas bem como a sua promoção;
- Contribuir plenamente para elaboração dos programas nacionais sobre a implementação das tecnologias limpas e o desenvolvimento de capacidades endógenas para a promoção da luta contra o CC.

## **D5. Grupo Técnico Investigação e Observação sistemática do Clima**

### **Tarefas:**

- Ajudar o Director Nacional e o Coordenador Nacional do Projecto na elaboração de um plano adequado de trabalho da actividade;
- Avaliar o sistema nacional existente para a alerta precoce sobre fenómenos meteorológicos extremos e os métodos de previsão sazonal;
- Analisar as barreiras existentes para o desenvolvimento dos sistemas de observação fiáveis e promover a pesquisa e identificar as actividades complementares;
- Contribuir para a elaboração do relatório nacional sobre a Investigação e a Observação Sistemática do clima e propor novas abordagens a serem integradas;
- Ajudar no reforço de capacidades nacionais através de ateliers de formação e participar nos ateliers sub-regionais e internacionais sobre a pesquisa e a observação sistemática do clima.

## **D6. Grupo técnico Educação, Formação e sensibilização das instâncias de decisão, dos parceiros públicos e privados sobre o CC**

### **Tarefas:**

- Ajudar o Coordenador Nacional do Projecto na elaboração de um plano adequado de trabalho da actividade
- Aconselhar e conceber os módulos relativos e os instrumentos de trabalho;
- Recomendar as vias de distribuição e de publicação;
- Fornecer o apoio sobre a organização dos ateliers de formação;
- Identificar as actividades complementares;
- Contribuir para a elaboração do relatório nacional sobre a educação, a formação e a sensibilização sobre o CC;
- Contribuir para a elaboração das estratégias nacionais e o programa nacional sobre a educação, a formação e a sensibilização sobre o CC.

Será também elaborado os termos de referência específicos às instituições detentoras e que fornecem ao projecto os dados das actividades. Estas instituições serão particularmente implicadas na gestão dos dados (recolha, tratamento e arquivo) necessários aos diferentes estudos previstos na SNA de São Tomé e Príncipe.

No entanto, estes termos de referência para os diferentes estudos, diferentes intervenientes e pessoal, poderão ser mais detalhados a partir do arranque do projecto e progressivamente ao desenvolvimento das actividades do projecto, seguindo o cronograma das actividades do presente documento, pelo Director Nacional do Projecto que o publicará para o recrutamento dos diferentes consultores.

## **D7. Instituições nacionais intervenientes no processo de luta contra as mudanças climáticas**

### **Tarefas:**

As actividades empreendidas pelas instituições nacionais serão essencialmente em dois domínios: 1) reforço dos arranjos institucionais para a compilação, o arquivo, a actualização e a gestão dos inventários GES, e 2) melhoria dos coeficientes de emissão.

As instituições deverão estabelecer materiais técnicos, de informação e relatórios de progresso conforme serão pedidas para fins da sua divulgação nacional e regional. As suas atribuições específicas poderão compreender as atribuições seguintes:

- Recolher os dados disponíveis junto de fontes nacionais para preencher as lacunas dos inventários;
- Identificar os obstáculos que opõem-se à obtenção de dados para as fontes chave e propor soluções;
- Identificar e elaborar métodos para paliar as lacunas dos dados de inventários se não há dados disponíveis;
- Arquivar os dados relevantes durante o projecto;
- Documentar os processos de selecção, metodologias e hipóteses utilizados para a recolha dos dados e a elaboração dos coeficientes de emissão;
- Analisar diferentes abordagens e métodos para as actividades do projecto e emitir recomendações, tendo em conta as especificidades nacionais, os recursos e as informações disponíveis;
- Identificar os domínios onde são necessários novos cálculos e informar a direcção nacional sobre a estratégia adequada a aplicar para assegurar a coerência;
- Compilar o inventário das fontes chave com o propósito do seu exame pelos utilizadores e efectuar exames;
- Avaliar o valor, do ponto de vista da sua aplicação nacional, das metodologias relativas aos coeficientes difundidos no âmbito do projecto;
- Melhorar os coeficientes de emissão significativos para a região e/ou em conformidade com os princípios do GIEC, em relação com os outros países participantes;
- Participar nas actividades de formação do projecto e contribuir para as discussões sobre a preparação de documentos técnicos.

### **Qualidades necessárias**

As instituições engajadas ao abrigo de contratos de subcontratação para empreender actividades do projecto deverão respeitar, no mínimo, os critérios seguintes:

- Avaliação sólida e largamente reconhecida em matéria de pesquisa do clima
- Experiência em preparação dos inventários que resultam da participação na preparação da comunicação nacional inicial
- Pessoal científico altamente competente trabalhando no domínio da elaboração dos coeficientes de emissão ou no domínio de métodos de recolhimento dos dados;
- Familiaridade com a Convenção quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas e com as questões políticas, técnicas e científicas associadas à preparação dos inventários GES.

### **Duração**

Durante todo o projecto. A duração dos contratos será definida com base nos termos de referência específicos elaborados pela direcção nacional e pelas equipas responsáveis pelos inventários durante a fase de arranque do projecto.

## **Anexo D: Cartas de endossamento**

1. Carta de endossamento do Ponto Focal Operacional FEM
2. Carta de endossamento do Ponto Focal CCNUCC

## ASSINATURA PÁGINA

Country: São Tomé e Príncipe

UNDAF Outcome (s)/Indicator (s): UNDAF Efeito 6

*(Link to UNDAF outcome., If no UNDAF, leave blank)*

Expected Outcome (s)/Indicator (s): Estratégia de CCC em relação ao Mapa de Política Agrícola (CPA) e a Estratégia de luta contra a Pobreza (SNLCP)

*(CP outcomes linked t the SRF/MYFF goal and service line)* \_ Goal 3.3.4. Sustentabilidade e gestão no combate à desertificação e à degradação

Expected Output (s)/Indicator (s): \_ Desenvolver uma estratégia de comunicação sobre do CCC e que entra na CCC na legislação nacional em matéria de ambiente

*(CP outcomes linked t the SRF/MYFF goal and service line)* \_ Stocktaking/Update of existing texts in order to elaborate/actualise the legal context \_

Implementing partner:

*(designated institution/Executing agency)*

MRNE-DGA/CTNA

Other Partners:

*(formerly implementing agencies)*

Programme Period: 3ans 2008-2010  
Programme Component: Changement Climatique  
Project Title: Enabling Activities for the preparation of Sao Tomé et Príncipe's second national communication to the UNFCCC  
Project ID: PIMS 3760  
Project Duration: 3- ans  
Management Arrangement: NEX

Total orçamento: 427.675 \$ (EUA)  
Allocated recursos:  
• Government  
• FEM: 405.000 \$ (EUA)  
• PNUD:  
• Dentro kind contribuições 22.675 \$ (EUA) (Governo)

Agreed by (Government): \_\_\_\_\_

Agreed by (Implementing partner/Executing agency): \_\_\_\_\_

Agreed by (UNDP): \_\_\_\_\_





### **Efeitos esperados e indicadores:**

Capacidades das instâncias de decisão e da população de tomar em conta a problemática da mudança climática nos programas de desenvolvimento nacionais e sectoriais e de planificar e levar a efeito por abordagens integradas da gestão ambiental e do desenvolvimento energético respondendo assim às necessidades dos mais vulneráveis, reforçados por:

- Mecanismos governamentais pela planificação e acompanhamento da avaliação das actividades ligadas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas e o protocolo de Quioto;
- Estratégias, planos e programas sectoriais de alívio, adaptação, reforço de capacidades nacionais, sensibilização, educação e informação ligados às mudanças climáticas.

### **Produtos Esperados e indicadores:**

Um relatório da SNA que contem uma ligação entre o plano ou programa nacional e as estratégias de aplicação, de acompanhamento e avaliação das actividades e projectos do CCNUCC. Do mesmo modo, o projecto contribuirá para as novas iniciativas, nomeadamente a implementação de uma base de dados útil à elaboração de futuros inventários de gases com efeito de estufa, implementação de um quadro institucional sustentável, para o favorecimento da integração das preocupações ligadas às mudanças climáticas nos planos nacionais de desenvolvimento sectorial, para o desenvolvimento de todo factor favorável à luta contra as mudanças climáticas. Integrará as questões económicas, sociais, ambientais como mecanismos de acompanhamento e de avaliação disponíveis sobre os constrangimentos e outros incumprimentos para a implantação do CCNUCC em São Tomé e Príncipe. O programa conterà entre outros os relatórios seguintes:

- um relatório sobre as circunstâncias nacionais detalhadas;
- um relatório sobre os inventários GES nos sectores prioritários para o ano definido;
- um relatório de estudos sobre a vulnerabilidade com programas e estratégias de adaptação às mudanças climáticas;
- um relatório de estudos sobre o alívio com programa e estratégias de alívio às mudanças climáticas;
- um relatório de estudos sobre as necessidades de reforço de capacidades científicas e em transferência de tecnologias limpas bem como o desenvolvimento de capacidades endógenas adaptadas para lutar contra as mudanças climáticas;
- um relatório de estudos e um programa sobre as necessidades de reforço das capacidades sobre a sensibilização, a educação e a informação bem como o desenvolvimento de redes para lutar contra as mudanças climáticas;
- um relatório sobre as necessidades de reforço de capacidades humanas e financeiras e um programa de acções para apoiar as orientações retidas;
- um relatório de estudos e um programa de acções sobre as possibilidades de implementação de um quadro sobre a pesquisa e a observação do clima;
- um relatório de sinergia com as outras iniciativas conexas aos diferentes programas internacionais em relação com as mudanças climáticas;